VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

# PATRIMÔNIO, MUSEUS E A ESCRITA DO PASSADO

Juliana da Costa Ramos*
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira**

## PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA TRAJETÓRIA POSSÍVEL

O patrimônio cultural em sua especificidade é ainda considerado um tema recente na historiografia[1]. Para Choay[2], o termo patrimônio (sem adjetivação), "estava, na origem, ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo", como a mesma define, o termo patrimônio é considerado um *conceito nomâde* que se modificara de acordo com as qualificações incorporadas. Inclusive, a terminologia *patrimônio histórico,* que emerge no Brasil ainda no primeiro quartel do século XX, é sumáriamente substítuida décadas depois pelo conceito de patrimônio cultural que acaba por inaugurar novas possibilidades de concepção e de narrativas no campo da cultura e da História.



* Mestranda em História Social da Cultura Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Agência de Fomento: Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais de Nível Superior). Professora Orientadora: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira. E:mail: ju.ramos@live.com.

** Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, atualmente é Professora Associada II na Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com

1 ORIÁ, 2011

2 CHOAY, 2006. Pág 11

De maneira sintética as práticas patrimonialistas surgem no mundo ocidental a partir de demandas suscitadas, sobretudo, na ocasião das grandes reformulações urbanas, impulsionadas pela modernização causada, sob o efeito dominó, após a revolução indústrial, iniciada no século XVIII. Entretanto alguns autores[3] advertem que a modernidade é um argumento do nosso tempo para justificar a ascensão do chamado patrimônio público. Visto que já no século XV se apontam organismos de acúmulo de bens exóticos, extraídos de territórios alheios à Europa, objetos pertencentes às coleções régias, nobiliàrquicas, burguesas e aos primeiros gabinetes de curiosidades, que representariam a ancestralidade das primeiras instituições patrimoniais, os museus.

A questão é que tais artefatos organizados como coleções que formam o *corpus* material de elementos que, tal qual um *teatrum*, elaboram narrativas acerca dos territórios até então, alheios a experiência cultural européia. Desta forma tais objetos tornaram possível a construção de uma dada narrativa histórica, estética e conceitual acerca desses territórios, povos e culturas. Uma forma especifíca de representar a alteridade.

As coleções pré-modernas (organizadas, sobretudo nos séculos XIV e XV) eram em sua maioria pertencentes a importantes aristocratas, quando não a príncipes e membros da corte. Nesse sentido, o acesso a tais coleções mantinha-se restrito a um grupo seleto, formulando inclusive uma ritualística, as coleções como extensão da organização sócio-política nas sociedades de corte e /ou burguesas.

É a ascensão da cultura cristã, que impulsionará uma primeira modificação significativa na experiência patrimônial por meio da representação desses artefatos a partir da incorparação de um *corpus* patrimonial religioso que é responsável por figurar no imaginário social uma concepção mais íntima em relação a tais bens. Visto que com a hegemonia religiosa, "ao caráter aristocrático do patrimônio acrescenta-se outro, simbólico e coletivo: o religioso"[4]. Esta é uma importante reflexão para a construção da atual concepção de patrimônio, pois os bens passam a agregar valores da sociedade "Deram as pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio [...] A valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos." [5].



[3] ÂNICO 2005, CHOAY 2006, CHUVA 2011

[4] FUNARI, 2006. Pág, 25-26

[5] IDEM

No Brasil, desde o século XVIII é mapeável à existência ainda primária, em nível institucional, de demandas da sociedade pela conservação e difusão de sua memória, entendendo que neste momento histórico, tais práticas buscavam legitimar uma origem aristocrática, que no entendimento do substrato social detentor de poder, identificava positivamente àquela comunidade.

> Em 1980, a primeira versão oficial sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil foi publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória), intitulada Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Nessa obra, delineava-se uma trajetória de ações de preservação que remontava ao século XVIII, ao referir-se às intenções do governador de Pernambuco D. Luís Pereira Freire de Andrade de preservar construções deixadas pelos holandeses no Recife. Esta versão oficial também introduz uma periodização que se tornou consagrada, organizando em duas grandes fases a trajetória institucional: a fase heróica e a fase moderna.[6]

Esta visão que se estende até meados do século XX indica que as práticas de preservação e difusão do patrimônio estavam intimamente relacionadas à perspectiva memorial e mítica, que buscava na figura do colonizador o arquétipo do herói como simbologia de uma memória a qual se deveria preservar. É importante destacar o caráter salvacionista ao qual está vinculada as práticas patrimonialistas brasileiras até méados da primeira república.

Numa busca iniciática à bibliografia o tema Patrimônio Cultural, é comum depararmos com as referências que caracterizam o conceito do Patrimônio a partir das práticas realizadas no Brasil, ainda na primeira metade do século XX, postas como vanguardas patrimonialistas, marcos a cerca da institucionalização de políticas destinadas a preservação do patrimônio, da memória e da identidade nacional.

Determinados teóricos[7] evidenciam que os discursos patrimonialistas recorrentes, a partir da segunda república, em méados do século XX, estão imersos na perspectiva moderna, marcada pelo retorno aos símbolos locais na busca pelo elemento legitimador da identidade nacional, no âmbito do regime democrático. Ao contrário da tendência heróica, que os antecede, o discurso antropológico moderno, através da figura de Mário de Andrade, ganha força por meio da institucionalização das práticas



[6] CHUVA, 2011. Pág, 147-148

[7] CHUVA (2011), FONSECA (2003), GONÇALVES (1996).

patrimonialistas, das expedições ao Nordeste do Brasil e da promoção da cultura e do folclore brasileiro.

Os embates destas frentes de pensamento, heróica e moderna, são pouco conhecidos e divulgados. Alguns pesquisadores afirmam que a narrativa histórica a cerca da trajetória do conceito de patrimônio e das práticas de preservação acabam por relaxar os tensionamentos suscitados pelas disputas entre os grupos que dominaram por muito tempo o pensamento patrimonialista brasileiro, com ênfase nos conflitos entre os arquitetos e folcloristas à época da instauração do IPHAN em meados da década de 1930.[8]

Os folcloristas modifiram as práticas e as escolhas dos bens dignos de preservação, mesmo que a partir de um caráter salvacionista. As expressões culturais, sobretudo, aquelas identificadas no campo da "cultura popular" passam a ser captadas como exemplares de uma cultura mestiça, tradicional e típicamente brasileira e por isso mesmo, dignas de preservação.

Este panorama permanece amalgamado na visão tradicional de patrimônio, que o coloca como algo a ser preservado, o que acaba por garantir uma noção de permanência e imutabilidade, pois a mesma agregaria ao bem cultural "material", o valor legítimo de representação de um passado histórico glorioso e irrevogável. Entretanto, esta perspectiva é bastante contestada.

As discussões que afloram dos debates realizados na década de 1960 refletem as emergências que nos últimos vinte anos, com a constituição de 1989, impulsionam o movimento de ressignificação em torno da noção de Patrimônio Cultural, das práticas de preservação, tombamento, conservação e difusão. Tais mudanças são vislumbradas pela legislação vigente e, de modo mais enfático, pelas comunidades que disputam os espaços não só de preservação, mas de representatividade.

Os confrontos em torno da materialidade e da imaterialidade do Patrimônio Cultural[9], tão recorrentes no século passado, hoje parecem superados entre os estudiosos do patrimônio, tendo em vista que é inerente aos bens materiais a imaterialidade de sua representação, seu valor e sua prática. Assim, como toda categoria imaterial é expressa



[8] CHUVA, FONSECA

[9] MENESES, CHUVA

através da materialidade, partindo do principio que a natureza humana é fundamentalmente simbólica[10].

Assim posto, patrimonializar é algo que requer uma seleção, e selecionar, pressupõe uma escolha e uma exclusão que se apresenta como um ato político. Ao compreender o Patrimônio Cultural como construção social, consideramos que o seu processo de legitimação faz parte do universo das políticas culturais, onde ocorre o confronto de ideias, assim como as relações de poder disputam a produção e circulação de significados simbólicos dos múltiplos sujeitos.

O surdir de diferentes grupos que confrontam os modelos tradicionais de representação de suas práticas culturais, movimentam politicamente o campo do patrimônio cultural, reivindicando não só ações de salvaguarda da memória e dos bens culturais, mas de espaços para os debates politizados em torno dos lugares sociais por eles ocupados, provocando outros. O que gera por sua dinâmica uma problematização em torno dos temas identidade, representação, memória coletiva e conjecturas históricas.

Estas questões fazem parte de uma agenda que evidencia o papel dos sujeitos em relação ao patrimônio, em detrimento das instituições patrimoniais estatais. Não que tais movimentos isentem o Estado de promover práticas de difusão e preservação do Patrimônio Cultural, mas atualmente a definição do que é patrimônio diz respeito de forma mais integrada ao modo pelo qual os lugares, as práticas e a memória tem significado e significância àqueles que vivenciam o patrimônio, de modo que a experiência entre o sujeito e o patrimônio, não é apenas uma ação episódica, mas um simulacro da própria vida.

O papel da narrativa histórica ao conjecturar estruturas e mentalidades acerca da definição de Patrimônio Cultural e da institucionalização das práticas de preservação, não deve se inclinar a construir um juízo de valores e sim provocar reflexões em torno das continuidades e descontinuidades históricas desses processos e disputas.

Ao situar os homens no tempo e sugerir debates que postulem o Patrimônio Cultural como fruto dos significados dados pelos homens e negando assim a existência



[10] MENESES

de um significado intrínseco ao bem ou prática cultural, pois esse sentido é permanentemente constituído nas práticas sociais[11].

## MUSEALIZAÇÃO DA CULTURA: A NARRATIVA MUSEOLÓGICA COMO DISCURSO DE SABER

É sob a emergência dos Estados Nacionais, e das instituições como as universidades que o patrimônio paulatinamente incorpora aspectos vínculados a uma vida pública que passou a não se restringir aos desejos dos eruditos e aristocráticos colecionadores.

> A abertura das coleções - régias, nobiliárquicas e burguesas - , obedescendo a determinados critérios, e não somente ao capricho do proprietário, inaugurou a época dos museus modernos. Seu público, além do microcosmo dos íntimos e dos beneficiários de algum privilégio, compreende os especialistas dos artefatos, que estão reunidos nesse espaço [...][12]

Assim, ao buscar na literatura o histórico da instituição museal, é corriqueiro depararmo-nos com a definição que assimila os museus à *casa das musas*, tal conotação está associada ao mito das origens "que toma como referência esse duplo estereótipo: Conservatório do patrimônio da civilização e escola das ciências e das humanidades" [13].

O amálgama da visão classicista de museu permanece por inúmeras influências, contudo é lugar comum os apontamentos que inserem o museu como um local de referência da história, da memória, da civilização e da erudição. Assim, o museu se assemelha e se imbrica a outras instituições clássicas como as bibliotecas e arquivos.

Para Chagas apud Cantarelli[14]:

> As noções de museu (casa de memória e poder) e patrimônio no mundo moderno, além de se manterem conectadas à noção de propriedade, seja ela material ou espiritual, econômica ou simbólica, estão umbilicalmente vinculadas à ideia de preservação.



[11] MENESES

[12] POULOT, 2013. Pág, 59

[13] IDEM, 2013. Pág, 15

[14] CANTARELLI, 2012. Pág.4

Essas representações sobre os museus como indica Poulot (2013. Pág.16) "o túmulo ou o templo, a um só tempo, lugar de acúmulo de riquezas intelectuais e lugar de sacralização, representariam as raízes de uma antropologia da musealidade".

Influenciados pelo movimento iluminista e impulsionados pelas ideologias da Revolução Francesa a função do museu sofrera mudanças importantes a partir do século XVIII, o museu antes local destinado a um público seleto, passa a ser instrumento de difusão dos ideais republicanos. Os museus nacionais modernos passam a produzir o discurso científico e ordenar a aprendizagem do público sobre as narrativas nacionalistas, a história, a memória, as artes, a ciência e a civilização.

> Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou a acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgiu o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim; e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, antecedidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1783, em Viena. Concebidos dentro do "espírito nacional", esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica – formar cidadão a partir do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes.[15]

A trajetória desses museus atendeu não apenas aos referenciais dos recém-formados Estados-Nacionais, mas serviu de modelo para instauração das demais instituições museológicas em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil, como referência histórica, estética e conceitual sobre o que expor acerca da história material das sociedades, definidas dentro do padrão positivista, linear e progressista do discurso científico para o qual tais instituições serviram como balizas.

Os grandes museus nacionais nascem simultaneamente com o conceito de patrimônio público. Àqueles bens antes pertencentes às instituições religiosas são nacionalizados pelo estado e "embora já existissem museus abertos ao público desde 1750, é com a Revolução Francesa que surge o conceito de patrimônio público que irá substituir e se opor a visão tradicional de museu, como coleção privada, fechada ao grande público."[16].

[15] JULIÃO. 2006. Pág.19

[16] LARA FILHO, 2006. Pág.47

Segundo Tony Bennet apud Cantarelli (2012. Pág. 6), "os museus públicos, assim como os conhecemos, tomaram forma nesse momento, ao final do século XVIII e princípio do XIX, transformando as práticas das primeiras instituições colecionistas". Bennet afirma que o surgimento dos museus nascem a partir das antigas práticas colecionistas dos príncipes e monarcas europeus, uma vez que as coleções formadas também eram, assim como os museus, representações de poder.

O *boom* dos museus que ocorreu nos anos finais século XIX trás consigo a prospecção de um mundo completamente diferente dentre tantos elementos as grandes reformulações urbanas são apontadas como catalisadores para uma consciência patrimonial contemporânea[17].

Essa relação com o espaço modificado pela industrialização indica que,

> No século XIX [...] a consagração institucional do monumento histórico dá a este um estatuto temporal diferente. Por um lado, ele adquire a intensidade de uma presença concreta. Por outro, é instalado num passado definitivo e irrevogável, construído pelo trabalho conjunto da historiografia e (tomada de) consciência historial das mutações impostas pela Revolução indústrial às habilidades dos seres humanos. Reliquias de um mundo perdido, devorado pelo tempo e pela técnica [...] tornam-se segundo o termo de Riegl, objeto de culto. [...] No solo desestabilizado de uma sociedade em processo de insdustrialização, o momumento histórico parece lembrar aos membros dessa sociedade a glória de um gênio ameaçado.[18]

Estes sentimentos simultâneos de perda de uma memória destituída pela modernização e de pertencimento vinculado ao retorno a uma dada tradição, encontram-se fortemente imbricados aos patrimônios arquitetônicos, de pedra e cal, os monumentos históricos e os lugares de salvaguarda dos bens de *valor*, os museus :

> "Nessa conjuntura, pautada pela ausência de referentes de identidade, estabilidade e continuidade, em face de uma ameaça de ruptura e de desaparecimento de recursos culturais, real, ou imaginada, produz-se um sentido nostálgico em relação ao passado, abrindo caminho ao desenvolvimento de uma indústria de nostalgia em que o passado é resgatado, idealizado, romantizado e não raras vezes inventado, mediante processos que incluem a patrimonialização da cultura."[19]



[17] CHOAY, 2006.

[18] IDEM, 2006 Pág.206

[19] ANICO, 2005. Pág, 73

Nesse sentido verificamos o movimento de musealização em espaços estratégicos das cidades e a busca pela manutenção de determinados bens e a reprodução de um modo de vida particular. A salvaguarda de bens de valor e de excepcionalidades destinados à pesquisa e ao deleite instaura não só o acervo, e as exposições, mas, sobretudo uma representação de museu como "depósito de valores que acabam servindo de referência".[20]

O museu parece ter se tornado em muitos aspectos o espelho e o locutor do discurso ocidentalizante. Dentre as questões suscitadas destacamos o pós-colonialismo e a reflexão sobre os dilemas dos museus enquanto produtores de um discurso positivista verossímil que passa a ser posto em questão. Os museus são questionados pelo seu papel como reiterador de discursos hegemônicos, dentre os quais destacamos a questão das representações a cerca das identidades culturais e de um retorno a ícones "tradicionais".

## O QUE FAZEM OS MUSEUS?

De modo geral as atividades realizadas pelos museus legitimaram sua existência, e esses empregos também foram determinantes para uma orientação acerca da função dos museus nos diversos contextos históricos, eles acompanharam tendências acadêmicas e científicas, e hoje, são marcadamente influenciados pelos contextos sociais que se inflamaram no período pós-guerras.

Poulot mapeia algumas das funções dos museus, ele afirma que "Um *Manifesto* publicado em 1970, pelo futuro presidente da Associação Americana de Museus Joseph Veach Noble identificava cinco funções: colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor" [21]. Tais funções variavam de importância dentro das instituições, vistas suas especificidades, mas de modo geral, alguns aspectos são fatalmente observados por seu caráter recorrênte, sendo eles:

**- A Conservação:**

Tal atividade justificou em muitos sentidos a própria existência da instituição museológica. O discurso de preservação do objeto e da memória personificada pelo mesmo delega ao museu a garantia da inalienabilidade dos patrimônios públicos, nesse

[20] POULOT, 2013. Pág. 22

[21] IDEM, 2013. Pág 22

sentido cabe à instituição não só a manutenção desses bens, mas o controle sobre que acervos são adquiridos ou vendidos, questões referentes aos direitos de propriedade dos museus e o atenuante quando casos de digressões éticas ocorrem, evidenciando aspectos de um imperialismo cultural.

Citamos o caso do "Museu do Quai Branly [que] foi denunciado na cena internacional por ter comprado peças cuja saída tinha sido impedida, oficialmente, pela Nigéria, mas que se encontravam disponíveis no mercado."[22]

Esse contexto também é sintomático no sentido em que a valoração do bem patrimonial contrói uma prática associada a uma perspectiva estetizante, em que os aspectos estéticos dos objetos são evocados em detrimento das experiências humanas suscitadas pelos mesmos. Nesse sentido são contruídas as primeiras reflexões acerca das identidades culturais representadas pelo discurso museológico.

**- O Estudo e a Pesquisa**

A pesquisa e o estudo dos artefatos e coleções dimensionam aspectos referentes à existencia das intituições museais, na maioria das vezes aparece como funções intrínsecas aos museus. Determinando, inclusive, aspectos da aquisição ou manutenção dos bens culturais, exposições e objetos museais.

O estudo e a pesquisa erudita vão subsidiar a produção de livros, catálogos e saberes que legitimam o discurso museológico, tendo em vista que tais produções ficaram, em sua maioria, restritas aos interesses dos próprios conservadores e profissionais de museus, além do próprio Estado, pois boa parte desses catálogos funcionaram como inventários acerca das riquezas materiais da nação. Esse legado é apropriado pelo Estado e os museus a partir do século XIX, imbuídos pelo discurso da cientificidade, tornam-se também dispositivos da nacionalidade.

Entretanto algo mais revelador suscita ao pensarmos a questão das pesquisas em instituições museais, ocorre que existe certo distanciamento entre museu e acadêmia no âmbito da pesquisa, e o carater prático do envolvimento do conservador com o objeto, muitas vezes lhe confere um status de saber diferenciado, e até certo ponto hegemonio no que se refere a história da arte, do patrimônio e da conservação dos bens culturais. Tais

[22] IDEM, 2011. Pág. 23

aspectos implicam em uma naturalização dos discursos construídos e na manutenção de aspectos implícitos que na realidade são produzidos pelos sujeitos de saber.

**- Comunicação e Exposição**

Podemos considerar que a função comunicativa dos museus parte de uma, ainda recente, tomada de consciência, uma reflexão de que a exposição nada mais é do que uma expressão comunicacional do museu com o público. Tais questões, suscitadas na segunda metade do século passado, são extraídas de análises que buscam superar a condição do museu como um depositório de coisas velhas, e passam a entender que as expografias são construções discursivas que pretedem comunicar ao público não só o que é dado objeto, mas desvelar o pensamento curatorial e conceitual da intituição museologica.

Nesse sentido também emergem os debates sobre como os museus constituem saberes e nas últimas décadas podemos perceber que as reflexões que ocorrem no interior dos museus têm contribuído na organização de processos mais transparentes, em que se busca uma ecologia dos saberes em detrimento do saber colonizador. Esse movimento mobiliza os museus a desmistificarem os postulados do fazer museológico, demonstrando suas vunerabilidades e convocando o público a dialogar com as suas escolhas.

Conservar, Estudar, Pesquisar, Comunicar e Expor são de modo sintético as funções básicas dos museus. Tais ações aparecem comungadas na atual definição de museus dada pelo ICOM - International Council of Museums -, Conselho Internacional de Museus[23], acrescidas do aspecto educativo, visto o papel social e educacional dos museus na atualidade.

> Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade[24].

Diante do exposto, nossa breve análise buscou organizar um panorama geral sobre os aspectos e conceitos referentes ao fazer museológico. Nesse sentido devemos



[23] Livre tradução

[24] ICOM, 2011.

caminhar para entender a especificidade dos museus brasileiros, sem perder de vista aspectos gerais do fazer museológico e as construções interdiscursivas dessas práticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE JR. *A invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo. Cortez Editora, 2011.

ANICO. Marta. *Pós-modernização da cultura: Patrimônio e museus na contemporaneidade.* Rev. Horizontes antropológicos, Porto alegre, ano 11, n23, p.71-86. Jan/jun 2005.

CANTARELLI, Rodrigo**.** *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco.* Dissertação (mestrado em museologia e patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins MAST/MCT. Rio de Janeiro, 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. 3º Ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Marcia R.R. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio.* In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2 ed. 2003. p. 83-95.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e Cultural.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. In: Brasil. Caderno de Diretrizes Museológicas I, 2º Ed. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretária de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. P. 17-30.

LARA FILHO, Durval. *Museu: de espelho de mundo a espaço relacional.* Dissertação (mestrado em ciência da informação) – Universidade de São Paulo -. São Paulo, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas.* In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional

de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. Cap.8 p. 144-159.

ORIÁ. Ricardo. *Memória e Ensino de História***.** In: O saber histórico na sala de aula. Circe Maria Fernandes Bittencourt (org). São Paulo. Contexto, 2009.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia***.** Belo Horizonte, MG. Autêntica Editora, 2013.